

# ENTRE APAGAMENTOS E TRANSGRESSÕES: OS DESAFIOS DAS TRANSMASCULINIDADES EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES

BRUME DEZEMBRO IAZZETTI<sup>1</sup>

BRUNO LATINI PFEIL

CELLO LATINI PFEIL

MURILLO MEDEIROS

**As vidas da população trans\* são atravessadas por inúmeras marginalizações, violências e isenções do poder público. Um dos âmbitos mais afetados por essa transfobia é o da educação, impactando toda a trajetória de vida. A taxa de expulsão de pessoas trans é expressiva, como evidenciamos em nossos dados, segundo os quais aproximadamente 13% dos participantes afirmaram ter deixado de estudar.**

A falta de garantia do direito à educação básica desta população está atrelada às mais diversas lacunas, seja pela falta de estrutura física nas escolas para abarcar a existência de corpos trans, nas burocracias acerca do nome social ou na isenção curricular sobre os debates amplos em diversidade. Dessa forma, os ambientes formais de ensino básico traçam legitimidades acerca de certos corpos em detrimento de outros, marginalizando o direito à escola como um espaço que deve possibilitar a formação de cidadãos/ãos plenas/os em seus deveres e direitos (FREIRE, 2011; LOURO, 2018). Para além do ensino básico formal, os outros ambientes educacionais, como cursos técnicos e de formação complementar, devem ser incluídos nas discussões sobre o direito ao acesso à educação. Assim, abrimos possibilidades de emancipações também para o mercado de trabalho e áreas técnicas que também fomentam a empregabilidade.

Em relação à entrada de estudantes trans\* no ensino superior público, podemos traçar dois eixos de discussão, no âmbito das políticas públicas: de um lado, o espraiamento do uso do nome social e, de outro, o advento de políticas afirmativas em cursos de graduação e pós-graduação. Para essa questão, desenvolvemos, com base na pesquisa de Iazzetti (2021), o debate sobre o acesso e permanência da população trans\* a espaços de educação formal no Brasil, e nos atravessamentos específicos das transmasculinidades por meio das experiências dos demais autores.

<sup>1</sup> Brume Dezembro Iazzetti é cientista social e mestra em antropologia social (UNICAMP), com pesquisa sobre o acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior público brasileiro. Atualmente é mestranda no programa de História no Espaço Público (HIPS), com bolsa da Erasmus Mundus. É pesquisadora discente do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU - UNICAMP e tem atuado em diversas ONGs, coletivos e movimentos sociais.

<sup>2</sup> E agradecemos demais o aceite da pesquisadora em compor esse ensaio em parceria com membros pesquisadores do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)!

## ESPRAIAMENTO DO NOME SOCIAL “CONTRA-PRODUÇÃO” DE DADOS

Originárias do âmbito da saúde pública, as primeiras políticas de nome social surgem em universidades públicas já ao final dos anos 2000 (com iniciativa da Universidade Federal do Amapá, em 2009), ganhando força ao longo dos anos 2010, a partir de decretos e resoluções estaduais e, a nível federal, em 2016 (decreto federal n.8727), entrecruzando também com medidas de regulamentação e processos de jurisprudência. Através de extensa pesquisa realizada junto às universidades federais e estaduais do país via portais de transparência (IAZZETTI, 2021), foi possível afirmar que a grandíssima parte, senão todas, as universidades públicas do país contam com políticas de nome social em funcionamento hoje.

Em algumas leituras, o nome social teria perdido força política e legal a partir de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (RE 670.422) permite o facilitamento da retificação do registro civil, sem a necessidade de entrada com processo judicial, sendo assim possibilitada em cartórios a partir da auto-identificação. Na prática, no entanto, o nome social permanece sendo uma política fundamental no dia-a-dia de estudantes trans\* desde o ensino básico, que não conseguem ou preferem não retificar seus documentos em cartório. Sua relativa facilidade de troca também possibilita uma maior chance de experimentação em termos de gênero, sendo de fundamental importância ao acompanharmos de modo mais próximo essas trajetórias (IAZZETTI, 2021).

Em relação às escolas, o nome social é normatizado desde o Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017; e da Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018, a qual define o uso do nome social de travestis e pessoas trans\* como um todo nos registros escolares. A importância das políticas de nome social atua na educação básica como um fator de inclusão da população trans\*. Dessa forma, há uma possibilidade de combate à evasão escolar compulsória, mas é evidente que a transformação da formação dos profissionais da educação e a elaboração de um currículo humanizado precisam também ser uma realidade (LOURO, 2018), inclusive na presença de docentes trans\*.

3 Para mais detalhes desse percurso histórico jurídico, ver IAZZETTI (2022).

4 A pesquisa foi realizada via portais de transparência a nível federal e estadual, com todas as universidades que responderam à solicitação respondendo de modo positivo à presença de políticas de nome social.

5 Além da pesquisa a nível federal, foi realizado extenso trabalho de campo junto à estudantes trans\* em universidades paulistas.

Embora, na prática, haja uma série de disputas e tensionamentos na mobilização prática dessas políticas, o mapeamento do uso de nome social indica que há estudantes trans\* em grandíssima, se não todas, as universidades públicas do país. As políticas de nome social possibilitam uma “contra-produção” de dados, que, mesmo que de modo limitado, respondem à ausência histórica de dados sobre a população trans\* no Brasil (COACCI, 2018), incluindo no ensino superior público. Podemos estimar, hoje, que o número absoluto de estudantes trans\* em Universidades Federais brasileiras gira em torno de 0,3% em relação ao número total, com cerca de 2924 estudantes trans\* que assim se auto-identificam (PORTELA; FERES JÚNIOR, 2021) - número semelhante ao observado por Iazzetti (2021) via portais de transparência e dados sobre nome social.

Tais dados também fomentam a formação de pessoas trans\* no ensino básico, dado que sua escassez gera um efeito cíclico, onde a falta de pesquisas é utilizada como justificativa para a ausência de políticas públicas. Embora com limitações, tal contra-produção de dados se torna estratégica. Dados sobre a presença desses estudantes nesses espaços ainda são escassos e restritos em termos de uma escala mais ampla, com raras exceções de iniciativas recentes, sendo a maioria protagonizadas pela própria população trans\*. É importante reforçar, também, que o apagamento e a invisibilização de identidades transmasculinas e não-binária, em âmbito vocabular e no imaginário social, produzem uma subnotificação de dados sobre a presença de transmasculinos e pessoas não-binárias em espaços institucionalizados ainda mais acentuada.

A partir desse esforço de pesquisa, observa-se ainda uma notável variedade na presença de estudantes trans\* que utilizam a política, em todas as áreas e cursos de formação. Mesmo assim, observam-se obstáculos na passagem da graduação para a pós-graduação, assim como gargalos em cursos e áreas de formação específicas. Temos que a presença de estudantes trans\* é mais notável nos cursos de ciências humanas, linguística e letras, e artes, seguido de ciência exatas e da terra, ciências biológicas, ciências agrárias e, finalmente, nas áreas das engenharias, ciências da saúde e ciências sociais aplicadas - embora haja determinados pólos com uma presença mais perceptível de estudantes trans\*. Como um todo, percebe-se que a presença de docentes e estudantes trans\*, assim como de políticas afirmativas, fomenta novas gerações da população trans\* nesses espaços. Sua variedade indica que, apesar de existirem obstáculos e desafios, estamos em um movimento de amplificação de acesso à universidade, o que potencialmente indica um acesso, nos próximos anos, a outros espaços no mercado de trabalho formal, assim como na pós-graduação, na pesquisa e na docência universitária.

Os dados obtidos na pesquisa foram realizados a partir do uso do nome social - são ainda pouquíssimas universidades que contam com pesquisas internas, a partir do princípio de autoafirmação. Com isso, seu número pode ser de fato mais elevado, considerando estudantes trans\* que já retificaram seus documentos, ou que não utilizam o nome social.

Como um todo, o manejo de dados quantitativas para a população trans\* é delicado, dado fatores de transfobia social e institucional. Os números oferecidos pelo presente mapeamento são de extrema relevância para nossa pesquisa, e são estratégicos no âmbito do fomento de políticas públicas e na quebra de ciclos de invisibilidade frente ao Estado. Ao mesmo tempo, não devemos torná-los absolutos, na medida em que a identificação de pessoas trans e cis em instituições de ensino, de saúde e de demais esferas requer ou a ausência de sua automeção, ou a presença da mesma. Em outras palavras, a própria demanda nessa produção de dados resulta de uma universalidade da cisgeneridade.

Estudantes cis não são assim identificados por enunciarem sua cisgeneridade. Isso ocorre pois a cisgeneridade é universalizada, de modo que 'todos sejam cisgêneros até que se diga o contrário'. Desse modo, pessoas trans não assumidas podem acabar sendo catalogadas, nas referidas porcentagens, como cisgêneras, sem deixar, contudo, de sofrer transfobia. A violência institucional transfóbica não atua somente pelo ataque direto à pessoa autodeterminada trans, como também à pessoa trans que não consegue se autoafirmar por coerções subliminares, impedimentos burocráticos, humilhações, e simplesmente por medo de sofrer agressões. Com isso, devemos nos utilizar das estatísticas, das porcentagens e de demais informações categóricas relativas à presença de pessoas trans em instituições de ensino, mas também precisamos ter em mente os impactos da subnotificação, o que altera tanto os índices de pessoas trans na universidade quanto os registros de violência.

Dito isso, embora estratégicos do ponto de vista político estatal, a mobilização de dados estatísticos tem limites na compreensão da complexidade vivida da população trans\*. Elas são uma resposta à transfobia - que se estrutura a partir da cisnormatividade. Tal cisnormatividade atravessa um conjunto profundo, e complexo, epistêmico, onde é estruturada enquanto universal. Entender tais limites, portanto, é compreender a série de camadas necessárias para um desmonte efetivo de violências estruturais.

## ADVENTO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ALGUNS DE SEUS LIMITES E DESAFIOS

Por sua vez, como segundo eixo, temos as políticas afirmativas direcionadas à população trans\*. Tais políticas são mais recentes, surgindo ao final dos anos 2010 para a graduação e pós-graduação. Mais recentemente, elas tem inspirado o surgimento de políticas afirmativas em concursos públicos, e cursos de formação complementar, tais como cursinhos populares com chamadas “cotas trans”. Em termos históricos, é importante destacar a fundamental importância de políticas afirmativas anteriores - direcionadas inicialmente à população negra e de baixa renda - e, a nível jurídico federal, o advento da Lei de Cotas em 2012 (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013). Observa-se também, ao longo dos anos 2010, a centralização do ingresso no ensino superior via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e a criação de novas universidades federais por meio do ReUni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

A partir desses dados, sabemos, também, que a busca de estudantes trans\* pelo ingresso no ensino superior público tem sido crescente no país. Somados aos dados apresentados anteriormente, isso indica que há uma demanda e uma presença ativa de pessoas trans\* nesses espaços educacionais formais - indicando, conseqüentemente, que pessoas trans\* detêm tais conhecimentos, e são capacitadas para o mercado de trabalho formal, embora permanecem sofrendo com as conseqüências da transfobia.

Em 2021, temos que 34 instituições públicas contam com políticas afirmativas para a população trans\*, sendo 6 na graduação. A presença dessas iniciativas na pós-graduação é extremamente variada, desde cursos específicos a todos os cursos da universidade. Há também diferenças regionais, com 3 iniciativas no Centro-Oeste, 13 no Nordeste, 5 no Norte, 8 no Sudeste e 5 no Sul. Dessas, 6 iniciativas se dão na Bahia, onde tais iniciativas se iniciam, com a Universidade Federal do Sul da Bahia e a Universidade Federal da Bahia. Mesmo assim, temos que apenas 5 dos 26 estados da federação (Acre, Paraíba, Rondônia, Roraima e Sergipe), em 2021, não contavam com políticas afirmativas para a população trans\*, o que indica uma rápida expansão geográfica (IAZZETTI, 2021).

Novamente, no entanto, é necessário se atentar a gargalos específicos. Não foram observadas iniciativas específicas nas áreas de ciências exatas e da terra, assim como nas engenharias, e apenas exemplos pontuais nas áreas de ciências biológicas e ciências agrárias, onde já havia uma presença de estudantes trans\*.

Tais iniciativas se concentram em áreas das humanidades ou campos multidisciplinares, um dado que se assemelha a iniciativas de políticas afirmativas específicas para outros grupos historicamente marginalizados (VENTURINI, 2019). Esse dado reforça a importância da presença de docentes e estudantes de tais grupos nas mais variadas áreas de formação, assim como de políticas afirmativas tanto à nível mais amplo institucional quanto direcionadas a determinados departamentos, programas, institutos e faculdades.

Em termos das políticas em si, tende-se a ser utilizado o modelo de reserva de vagas suplementares - ou seja, com vagas adicionais para o alocamento de estudantes trans\*, por vezes com reserva de vagas remanescentes. Sua efetividade, com isso, é variada, e parte dessas iniciativas não necessariamente acompanham um efetivo impacto social, permanecendo ociosas. Alguns dos motivos concretos dessa ociosidade se dão pelo fato dessas políticas serem, na prática, dificultadas (restritas a uma pequeníssima parcela de vagas remanescentes, e com regras relativas à renda, formação escolar ou mesmo desempenho acadêmico), ou se darem de modo conjunto a outras populações historicamente marginalizadas, o que se faz perder sua especificidade e dificulta a criação de medidas e políticas direcionadas às necessidades concretas dessa população (IAZZETTI, 2022, p. 108). Dito isso, a presença de tais políticas não isenta da necessidade de uma amplitude de medidas afirmativas por parte de tais universidades e do Estado como um todo, que se estendem até a educação básica. Com isso (IAZZETTI, 2022, p. 109):

O não-preenchimento dessas vagas indica menos um desinteresse de estudantes trans\* pelo ingresso na pós-graduação e mais uma incompletude dessas políticas afirmativas, além de ser indicativo, muitas vezes, dos elementos de violência estrutural que acompanham a trajetória de estudantes trans\* desde a educação básica, apontando a necessidade de ações mais amplas, tais como a criação de cursinhos comunitários [...].

## **ADOTANDO UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL**

Por ser mais do que um grupo único e planejado, é necessário refletir sobre as diferenças e desigualdades internas da população trans\*, sob uma perspectiva interseccional, nos atentando para as dificuldades de coleta de dados, especificamente em relação às transmasculinidades. Somente conseguimos exigir políticas públicas de preservação das vidas trans\* ao apresentarmos dados que justifiquem tais políticas. A quase ausência de dados sobre a população transmasculina brasileira se deve, dentre variados fatores, à negligência de veículos de comunicação para com nossas existências, à negligência do Estado para com nossa sobrevivência, e ao apagamento e deslegitimação corroborados por academias científicas e espaços institucionalizados de produção de conhecimento.

Ao sermos reduzidos a uma condição de inexistência - que não por isso deixa de ser alvo de violências cotidianas -, nossa permanência em escolas e universidades se encontra ameaçada - tal ameaça não pode ser analisada sem pensarmos em atravessamentos de raça e classe. Temos, no Brasil, que a violência extrema contra a população trans\* - tanto no âmbito do transfeminício, quanto no suicídio estrutural - é necessariamente entrecruzada com eixos de raça e classe. Temos, ainda, que esses dados permanecem crescentes no país, mesmo com o advento de políticas públicas para a população trans\* nas últimas décadas.

Em relação ao suicídio estrutural, as transmasculinidades ocupam posições delicadas. O índice de 85,7% representa o percentual estimado de quantas pessoas transmasculinas, em contexto brasileiro, já tentaram ou consideraram cometer suicídio, segundo o “Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans”, realizado em 2015 pelo NUH/DAA (UFMG, 2015). Embora o percentual seja gritante, observamos a ausência de políticas públicas de assistência psicológica para pessoas transmasculinas. Pfeil & Pfeil (2021) apontam para a ausência de dados sobre suicídio de pessoas transmasculinas em estudos oficiais sobre suicídio e masculinidades, que não possuem marcações sobre cisgeneridade e transgeneridade. Como escrevem os autores,

A morte de pessoas transmasculinas sofre tanta invisibilização quanto o próprio reconhecimento de suas identidades. Os Dossiês de Violência da ANTRA encontram grande dificuldade de mapear os assassinatos e as violências que atravessam as transmasculinidades, justamente porque, no imaginário social, nossos corpos não existem. Não se consegue mapear algo que inexistente. (PFEIL & PFEIL, 2021, p. 119)

Pensando em espaços institucionalizados de produção de conhecimento, nos quais são produzidos os mapeamentos e relatórios sobre suicídio da população em geral, é interessante demarcarmos como a exclusão de corpos trans pode impactar em uma ausência de dados sobre nossa população, pela mesma lógica do registro de pessoas trans\* em universidades. Se, por um lado, os números estatísticos nos ajudam a visualizar o cenário em que estamos inseridos nas instituições públicas de ensino no Brasil, por outro, não podemos nos reduzir a eles.

Tais índices nos servem à promoção de políticas públicas, à mobilização política e social, à garantia de nossos direitos, porém tendo em vista que não podemos ser reduzidos a estatísticas.

Pfeil & Pfeil (2021, p. 119-120) trazem outra reflexão:

Pensar o fenômeno do suicídio de corpos transmasculinos é, também, pensar se, em vida, estes corpos realmente eram considerados vivos, existentes, epistêmicos. O suicídio talvez não simbolize apenas a morte orgânica, mas a busca pelo que tentamos negar ao máximo: um mundo que não nos reconhece, que nos apaga a todo custo.

E este apagamento se agrava na medida em que consideramos atravessamentos de racismo, classismo, capacitismo, e demais formas de violência institucional. É central manter em vista, ainda, processos de precarização do ensino público brasileiro nos últimos anos, e de processos mais amplos, a nível social e econômico, de agravamento da desigualdade econômica e intensificação do genocídio das populações negra e indígena. Ademais, é necessário também atentar aos movimentos conservadores em relação à educação como um todo e nas mudanças que colocam as pautas e emergências da educação emancipadora de escanteio, como o novo ensino médio.

Além disso, temos que muitas pessoas trans\* se assumem publicamente como tais já na universidade, o que indica a importância central do apoio escolar e familiar no acesso e permanência no ensino superior (IAZZETTI, 2021). Com isso, pensar em interseccionalidade no acesso e permanência de pessoas trans\* é também pensar nos modos como tais trajetórias são entrecruzadas com violências no âmbito escolar e familiar, além da já citada dificuldade de adentrar determinados cursos e áreas de formação historicamente mais resistentes à entrada de novos sujeitos nas universidades brasileiras.

Com isso, temos que:

A educação está sempre enredada com relações familiares, acesso ao serviço de saúde, segurança nas ruas, e assim em diante (...) pensar e atuar sobre o ensino superior, necessariamente, é pensar e atuar sobre o ensino básico. Refletir sobre o acesso e permanência de pessoas trans\* na educação (...) implica em uma reflexão e uma atuação coletiva mais ampla, dentro e fora desses espaços (...) (IAZZETTI, 2022, p.116-117)

É necessário adotarmos uma perspectiva que se atente às interconexões de desigualdades sociais, de modo a reconhecer limites estruturais e tomá-los como desafios, levando a sério os modos como desigualdades, tais como gênero, raça e classe, emergem nessas relações. "Não só porque essa experiência de vida não se reduz a uma 'transição de gênero', mas porque elas estão imbricadas em eixos de desigualdade que implicam em diferentes acessos e permanências no ensino superior público" (IAZZETTI, 2022, p. 117).

Ao sermos expulsos - ainda que por meio de evasão forçada - de escolas e universidades, nossas narrativas não adentram os espaços em que se produz saber sobre nós, mas não por nós. É um apagamento que somente reforça a relegação das transmasculinidades à inexistência social; que reforça os índices gritantes de suicídio dentre nossa população; que legitima a elaboração de narrativas cisnormativas sobre o que é ser trans "de verdade". Abordando especificamente as transmasculinidades, temos que:

Esse sistema de apagamento – que podemos entender como uma política de morte-em-vida – configura-se como um contínuo de violências materiais e simbólicas contra identificações e performances inconformes às normas de gênero. A vida e a morte, nesse sentido, apresentam-se [...] como artifícios políticos, uma vez implicando na forma como o sujeito sobrevive em ambientes que produzem morte pela invisibilização, pelo não reconhecimento. (PFEIL & PFEIL, 2021, p. 121)

Por fim, nossa discussão expõe que: pesquisas como este mapeamento permitem que possamos entender a realidade educacional das transmasculinidades, munindo-nos de dados para reivindicar a execução e criação de políticas públicas afirmativas. Desse modo, abre-se a oportunidade de romper com o ciclo de injustiças educacionais envolvendo as transmasculinidades, seja possibilitando a construção de cidadãos plenos em seus deveres e direitos, seja abrindo possibilidades de construção de epistemologias emancipadoras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAFLON, V.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

COACCI, T. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IAZZETTI, B. D. Existe “universidade” em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2021.

\_\_\_\_\_. Políticas institucionais voltadas à população trans\* no ensino superior brasileiro e alguns de seus limites e desafios. In: FREITAS, E. M.; PINTO, R. P. N.; ZANOLI, V. (orgs.). Cultura, Política, Sexualidade e Gênero na América Latina. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

PORTELA, P.; FERES JÚNIOR, J. Pessoas trans nas universidades federais do Brasil. GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ação Afirmativa, 2021. Disponível em: <[gemma.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/](http://gemma.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/)>. Acesso em: 20/04/2023.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. Sobre o Aniquilamento de Corpos Invisíveis: Reflexões sobre Transmasculinidades e Suicídio. Revista Estudos Transviades, v. 2, n. 4, 2021.

Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH – UFMG), Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA – UFMG), 2015  
VENTURINI, A. C. Ações Afirmativas nos Programas de Pós-graduação Acadêmicos de Universidades Públicas. Levantamento das políticas afirmativas GEMAA, 2019.